

## **8ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa**

**4 de julho de 2018**

### **Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária**

Às vinte e uma horas e vinte e um minutos, do dia quatro do mês de julho, do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa e da Senhora Deputada Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Nilton Franco, Osires Damaso, Paulo Mourão, Valdemar Júnior, Zé Roberto Lula e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Valderez Castelo Branco. Após a leitura do Texto Bíblico, a Senhora Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente.

Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Requerimentos que receberam os números 660 a 661. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 71/2018, originário da Medida Provisória número 2/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 81/2018; o qual foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 3/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev-Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 27/2018; 8/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui os serviços regionalizados de proteção social especial de alta complexidade, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 76/2018; 11/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra

providência”, que deu origem ao Processo número 78/2017; 30/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Igreja Assembleia de Deus-Ministério de Madureira – área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 238/2017; 53/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins – Siafe-TO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 291/2017; 1/2018, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Edson Paulo Lins”, que deu origem ao Processo número 46/2018; 2/2018, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Francisco Onildo Moreira”, que deu origem ao Processo número 47/2018; 8/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a instituição da implantação do Programa de Integridade e Certificação do Sistema de Gestão Antissuborno para empresas que celebram contrato, consórcio ou conênio com a Administração Pública do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 12/2018; 11/2018, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Denize Cardoso dos Santos Pinheiro”, que deu origem ao

Processo número 49/2018; 12/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a adoção de bônus na pontuação dos candidatos no processo seletivo e ingresso nos cursos de graduação em universidades e faculdades públicas do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 25/2017; 17/2018, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor Ricardo Alcir Ranieri Filho”, que deu origem ao Processo número 53/2018; 28/2018, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor Ricardo Vicente da Silva”, que deu origem ao Processo número 33/2018; 41/2018, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “institui o Encontro Náutico Som Automotivo e Motos de Araguatins, como evento do calendário oficial do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 41/2018; 43/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Semana de Conscientização e Prevenção às Doenças Renais e suas Consequências, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 58/2018; 60/2018, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 93/2018; 61/2018, de autoria da

Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral anual da Tabela de Vencimentos dos Servidores Efetivos e dos Cargos de Provisão em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 88/2018; 54/2018, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a José Martins Bringel”, que deu origem ao Processo número 73/2018; 55/2018, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 3.309/2017, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 74/2018; 104/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “estabelece multa pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento de emergência relativas a remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais”, que deu origem ao Processo número 144/2017; 167/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “estabelece condições e requisitos para classificação de Estâncias e de Município de interesse Turísticos e dá outras providências correlatas”, que deu origem ao Processo 219/2017; 181/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado do Tocantins”, que deu origem ao

Processo número 244/2017; 197/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a extinção da cobrança da tarifa mínima ou de assinatura básica, pelas concessionárias prestadoras de serviços”, que deu origem ao Processo número 251/2017; 199/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigação a petshops, clínicas e hospitais veterinários informar à Delegacia de Polícia Civil ou Especializada, quando constatarem indícios de maus-tratos nos animais por eles atendidos e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 294/2017; 204/2017, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “dispõe sobre a mudança de nome do Hospital Regional de Arapoema”, que deu origem ao Processo número 295/2017; 326/2016, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Governador do Estado e Prefeito Municipal”, que deu origem ao Processo número 325/2016; 2/2018, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 90/2018; 1/2018, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração

dos Servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 85/2018; 2/2018, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos Cargos de Provimento em Comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 86/2018; 1/2018, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 2.580, de 3 de maio de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 77/2018; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. e Projeto de Resolução número 1/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “acrescenta seção III ao Capítulo I-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 38/2018; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2018, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos do Quadro do Quadro Auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras

providências”, que deu origem ao Processo número 87/2018; o qual votado, nominalmente, foi aprovado com catorze votos sim, perfazendo um total de catorze votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 1/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “acrescenta seção III ao capítulo I-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 38/2018; o qual votado, foi aprovado. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Resolução número 334, de 4 de julho de 2018. Logo após, a Senhora Presidente, com aquiescência do Plenário suspendeu a Sessão pelo prazo de até dez minutos, para Reunião nas Comissões, reabrindo-a às vinte e uma horas e cinquenta e sete minutos. Em seguida, a Senhora Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 670, de autoria da Mesa Diretora, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do art. 80, §1º, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação do Processo número 91/2018, o qual foi aprovado. Logo após, a Senhora Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e cinquenta e nove minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a



presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*